

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13.881 - DF  
(2019/0039651-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO**  
**EXEQUENTE : CARLOS SOUZA LIMA**  
**ADVOGADO : ANDRE FRANCISCO NEVES SILVA DA CUNHA - DF016959**  
**EXECUTADO : UNIÃO**

**DESPACHO**

A pretensão de cumprimento de sentença, no caso, é regida pelo Enunciado Administrativo 4/STJ, *in verbis*: "*Nos feitos de competência civil originária e recursal do STJ, os atos processuais que vierem a ser praticados por julgadores, partes, Ministério Público, procuradores, serventuários e auxiliares da Justiça a partir de 18 de março de 2016, deverão observar os novos procedimentos trazidos pelo CPC/2015, sem prejuízo do disposto em legislação processual especial.*"

Desse modo, em razão da petição apresentada pelo exequente, por meio da qual requer o cumprimento de obrigação de pagar quantia certa, determino a intimação da União Federal, por meio de seu representante judicial, para, eventualmente, impugnar a execução, **no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos**, a teor do disposto no art. 535 do CPC/2015.

Apresentada impugnação ou escoado o prazo sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para as devidas providências.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Presidente da Primeira Seção